
O PARADIGMA DA CIÊNCIA LINGÜÍSTICA E SEU ALCANCE SOCIAL

Cleuber Cristiano de Sousa¹

Período de recebimento dos textos: 15/01/2015 a 01/05/2015.

Data de aceite: 29/05/2015.

Resumo: No processo de comunicação, parte da validação conceitual tem a ver com o fato de como se desenvolve e continua uma análise e a qual teoria linguística pertence. É indispensável o conhecimento da diferença entre o marco conceitual e o marco teórico para um posicionamento perante os paradigmas da ciência. Para tanto, em uma instância qualitativa do projeto de investigação, é necessário saber o impacto nas realidades sociais e seu alcance metodológico. Vale dizer que uma proposta que se fundamente em linguagem se materializa na transformação de pressuposições abstratas em instrumentos materiais de mudanças culturais na sociedade. Saber da contribuição no campo humano, social, cultural e como seria o impulso contributivo nas várias instâncias das ciências é imprescindível para a composição de um projeto investigativo em qualquer espaço de mudanças sociais que envolva a língua, o sujeito e a exterioridade.

Palavras-chave: Linguagem; metodologias; marco conceitual e teórico; paradigma científico; mundo cultural.

Abstract: In the communication process, part of the conceptual validation has to do with the fact how it develops and continues an analysis and which linguistic theory belongs. It is essential the difference between knowledge of the conceptual framework and the theoretical framework for a position before the paradigms of science. Therefore, in a qualitative instance of the research project, you must know its impact on social realities and its methodological range. It is worth mentioning that a proposal is based on language is embodied in the transformation of abstract assumptions on material instruments of cultural changes in society. Knowing the contribution in human, social, cultural field and as would be the contributory boost in multiple instances of the sciences is essential for the composition of an investigative project in any area of social change involving the tongue, the subject and the externality.

Keywords: Language; methodologies; conceptual and theoretical framework; scientific paradigm; cultural world.

¹ Graduado em Letras. Especialista em Língua Portuguesa. Pós-graduado em Saúde Mental. Pós-Graduado em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Mestre em Educação. Mestrando em Linguística. Email: cristianocotrim@hotmail.com.

Introdução

O paradigma científico se consubstancia nos aspectos relacionais de compreensão de mundo, da sua realidade social e no espectro do processo na constituição do vínculo entre um determinado objeto de estudo e o seu respectivo investigador. Este sujeito, na perspectiva construtivista, é simbolicamente mediado pelos aspectos histórico-sociais, em um comportamento êmico e ético, do ponto de vista paradigmático. Estes processos se representam por meio de sua natureza ontológica, epistemológica e metodológica, para se ajustarem a um posicionamento positivista, postpositivista (neopositivista), da teoria crítica e do construtivismo, conforme o objeto em análise e o mundo simbólico dos envolvidos.

Para Guba (1990:17), o paradigma, ou esquema interpretativo é um conjunto de crenças que orientam a ação. Assim, ao escolher um paradigma o investigador seleciona o seu caminho pelo qual ajustará os recortes e aspectos fenomenológicos de sua pesquisa. Estes caminhos são múltiplos e não determinados, pois sua natureza é eminentemente social, interpelada pela linguagem em sua acepção ideológica. Os paradigmas interpretativos são caracterizados segundo sua natureza epistemológica, ontológica e metodológica em positivista, pós-positivista, teoria crítica e construtivista-interpretativo.

A heterogeneidade é a marca fundamental de todo pensamento descentralizado. Ao pensar a ciência, na sua constituição metodológica, o rigor dos métodos, a forma sistemática e os requisitos do conhecimento científico, faz-se necessário uma reorganização teórica e um deslocamento metodológico para superar uma vertente legalista, pois os caminhos que

levam a explicar e a predizer não são apenas retóricos. Os fundamentos lógico e empírico são responsáveis tanto pela coerência quanto pelo contraste empírico, relacionando-se aos aspectos temporais, factuais e espaciais, contudo em um mundo constituído pelas representações sociais não há espaço para um racionalismo reducionista ou um empirismo behaviorista, quando o tema é a linguagem e a constituição do sujeito social.

A ciência é, assim, uma prática social, ou seja, histórica, porque se constrói em consonância com as transformações da sociedade em um determinado tempo e um espaço, em movimento constante e não-linear, pois esta temporalidade não é cronológica e sim concebida pela memória. Não se pode negar a importância das ciências demonstrativas para o constructo da historicização e a composição do sujeito investigativo que temos nas ciências sociais pós-modernas, mas este modelo corresponde a uma neutralidade racionalista. Nesta instância, a negação ao ideologicamente neutro é a marca constitutiva do reconhecimento de horizontes de expectativas cada vez mais amplos e interconectados em uma sociedade do conhecimento de coalizão.

Neste ínterim, científico é aquilo que se pode explicar, predizer, interpretar e compreender. Para a modernidade, as ciências demonstrativas tratavam de explicar e, assim, tornava o estudo lógico e passível de ser mensurado e apreendido, por meio de uma metodologia experimental, verificável e manipulativa. No conjunto, pode-se depreender que as leis que governam a natureza se consubstanciam no pressuposto de que o conhecimento não deve ser legalista, prescindindo, assim, ao interesse da ciência moderna para, enfim, buscar um deslizamento que se filie à orientação social da palavra.

O pensamento pós-moderno já não se ampara em verdades pré-estabelecidas, porque compreende a complexidade das relações em todos os temas e abordagens. Esta complexidade se estende pelo papel subjetivo do sujeito que constrói sua realidade social fora do pensamento cartesiano e minimalista. Assim, não se concebe um raciocínio racionalista, principalmente se o objeto é a linguagem, a subjetividade e a constituição ideológica do sujeito, que é histórico e social e reclama a irrupção do sentido múltiplo, polissêmico e polifônico. Esta dinâmica é articulada, permitindo a investigação mediada por valores, com intuito de interpretação e compreensão, e não somente caracterizada pela explicação apreensível e mensurável.

Desenvolvimento

Seção 1

O objeto de estudo é uma criação um efeito, a base que se apresenta como parâmetro referencial para algo que se quer investigar, sob um ponto de vista definido, mas com uma retina que reconhece as interfaces históricas e sociais. É necessária a identificação destas relações, pois é a partir dela que se observam os elementos circundantes que serão analisados, agregados, contrapostos ou regulados e justificados, respeitando todas as fronteiras representantes e materiais do estudo. O objeto de estudo se torna então o ponto motriz da escrita e da orientação social da palavra.

A metodologia de pesquisa, como fundamento basilar para investigação social dos fenômenos linguísticos, evoca os conceitos de conhecimento e sua caracterização. Ao pensar o seu percurso desde o conhecimento filosófico, perpassando o teológico, o empírico e,

posteriormente, o científico, pode-se analisar o quanto é significativa para a produção da ciência a seleção adequada de metodologias contextualizadas e relacionais ao objeto de pesquisa. A sistematização e a inter-relação dos elementos de constituição da metodologia científica proporciona a comprovação da sua própria natureza social.

Na introdução, momento em que se apresenta de forma ampla o tema a ser desenvolvido e como este se relaciona com a sua devida área do conhecimento, apresentam-se o problema, os objetivos e a justificativa. O problema é a situação autêntica de dificuldade. Não se observa na linguagem a capacidade de operar com circunscrição, pois sendo sua natureza interdisciplinar se relaciona aos elementos culturais do mundo social. Os objetivos se referem ao caráter geral, àquilo que se pretende alcançar, e os específicos, como se pretende alcançar, os "caminhos" possíveis para efetivar a ação. A justificativa traz a importância, a oportunidade e a viabilidade do projeto a ser executado.

A revisão de literatura compreende a organização sistemática da leitura apreendida para a produção da pesquisa em linguagem. A credibilidade da proposta depende das teorias a serem discutidas no desenvolvimento do trabalho relacionadas ao seu respectivo marco teórico e o estado da arte. Assim, esta etapa exige do redator uma leitura ampla, de conhecimento geral, uma leitura específica para consolidação da temática e proposição de comparativos entre uma linha e outra de pensamento e, principalmente, a atualização sobre o conhecimento e práticas referentes ao objeto, sendo importante a filiação em uma teoria linguística que seja pertinente ao estudo proposto.

A palavra método vem do grego: *methodos* - meta e *hodos* - caminho. Utilizar um método para uma pesquisa linguística é selecionar caminhos possíveis para se alcançar objetivos propostos, de forma ordenada e regular. Os métodos são: de abordagem, de procedimento, técnicas de pesquisa e de análise. Os primeiros se subdividem em: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo e dialético. Os métodos de procedimento se sistematizam em: estruturalista, funcionalista, estatístico, estudo de caso, histórico, comparativo e dialético. As técnicas de pesquisa estabelecem os instrumentos necessários à coleta de dados, sendo documental direta (questionários, história de vida, entrevistas, testes ou observações sistemática e assistemáticas) e indireta (bibliográfica, webgráfica e gêneros da esfera acadêmica: resenha, resumo e artigo científico.). As técnicas de análise são qualitativa (fenomenológica) e quantitativa (estatística/numérica).

A revisão bibliográfica e referências são instâncias de fundamentação teórica com legitimidade científica. A primeira infere um valor organizacional, de tudo que foi lido, para que seja apresentado o que foi realmente utilizado, por meio de fichamentos e instrumentos de ordenação de leitura. A bibliografia compreende as referências que podem ser bibliográficas, webgráficas, artigo científico, resumos, resenhas e demais gêneros da esfera acadêmica.

Seção 2

As classes de enunciados se referem ao conjunto de elementos de escritura acadêmica que se sistematizam em analíticos, respondendo às ciências formais, e sintéticos, relacionados às ciências factuais. A pós-modernidade comprovou a necessidade do salto qualitativo em direção às ciências sociais, de natureza relacional, não-determinista e mediada pelo

simbólico. A elaboração do texto científico corresponde, então, ao universo metodológico concebido de modo objetivo e subjetivo, de explicação, de predição, de interpretação e de compreensão. Tudo isto de forma extensiva, correspondendo à natureza dos paradigmas da ciência e seus elementos de produção de sentido. O entendimento de que a linguagem como irrupção do ideológico é o balizamento das formações sociais possibilitou uma nova forma de pesquisa nesta área.

Os tipos de verdade utilizados na produção de um trabalho científico com foco em linguagem, contemplando a orientação social da palavra, se fundamentam no aspecto formal, contingente, fático e social. O embasamento no componente conceitual e teórico e sua asserção no mundo simbólico por meio de operações de relação transacional assegura que o sujeito investigador seja único e espacial situado em objetos variáveis e múltiplos nas diversas áreas do conhecimento. É nesta vertente que há o entendimento da escritura acadêmica, sendo o indivíduo, nesta orientação, todo aquele que se mobiliza na ação, porque foi persuasivo. Assim, o alinhamento temático é possível por meio destes tipos de verdade e pela orientação do autor, que é plural.

O paradigma aceitável para as ciências naturais é de natureza explicativa. Os seus seguidores são denominados de monistas metodológicos, sendo que para eles há um só modelo de investigação para ciências naturais e sociais. Em contrapartida, os dualistas metodológicos defendem a existência de dois métodos, um para as ciências naturais, explicação e predição, e outro para as ciências sociais, que é a interpretação e compreensão. É fundamental a concepção de que a sociedade não se explica e sim se compreende, pois o sujeito é situado historicamente em um contexto social e ideológico. Nesta

orientação onomasiológica, o sujeito simbolicamente mediado é produtor de um tipo de texto que contempla sua natureza eminentemente subjetiva.

A fragilização da objetividade como pressuposto incontestável da ciência foi concebida a partir da assertividade da investigação mediada por valores, pois houve, assim, o rompimento com a superficialidade do racionalismo determinista. Em uma instância de complexidade que institui as inter-relações dinâmicas entre os atores e co-autores histórico-sociais não se depreende um pensamento balizado somente pela razão e impregnado de limitações e estigmas de classes e categorias sociais absolutas. Esta assertividade só é possível no transcurso do paradigma, pois entre as fronteiras e limites de qualquer atividade humana se organizam e reorganizam as identidades dos sujeitos produtores de ciência.

O paradigma científico acomoda a maneira de pensar do sujeito que o seleciona. Os quatro paradigmas da ciência que se apresentam para serem aceitos como paradigma da investigação científica são, respectivamente, o Positivismo, o Postpositivismo, a Teoria crítica e posturas ideológicas relacionadas e o Construtivismo. Na composição deste marco que conduz o processo de investigação, constituem-se: a ontologia, a epistemologia e a metodologia. Neste caso, vale ressaltar a subjetividade da natureza da linguagem como fator de materialidade e heterogeneidade do sujeito. Assim, apresenta-se a reflexão acerca de concepções da realidade, suas relações e características.

A ontologia se ocupa da definição do ser e demarca as categorias fundamentais dele, tendo como parâmetro sua propriedade, sistema e estrutura de constituição básica. A Epistemologia ou teoria do conhecimento é a vertente da filosofia que se incumbe dos problemas filosóficos

relacionados à crença e ao conhecimento. Existe desde Platão a contraposição clara e explícita entre a crença, no sentido de opinião, e o conhecimento. Nesta perspectiva, a crença é analisada como pressuposto subjetivo no contraponto do conhecimento, que é a crença verdadeira e justificada. A teoria de Platão trata da descrição, explicação e predição do real, do que ocorre, por que acontece tal fato e de como se fundamenta a ocorrência dele, e, por meio deste conhecimento, tem a pretensão de antecipar a realidade.

Os critérios de reconhecimento da verdade também são objeto de estudo da epistemologia. Neste percurso, a evidência não se dá como mero sentimento da verdade do pensamento, mas sim como a prova cabal. É importante relacionar esta ideia à concepção de cognição, que é uma palavra muito antiga e tem origem nos escritos de Platão e Aristóteles e atualmente pode ser definida como “o ato ou processo de conhecer, que envolve atenção, percepção, memória, raciocínio, juízo, imaginação, pensamento e linguagem.” (FERREIRA, 2009). É importante ressaltar que para a Análise do Discurso não há clareza ou evidência, pois as relações de sentidos são moventes e a cognição dá espaço à constituição de sentidos própria da linguagem.

No que se refere ao universo epistemológico, o positivismo se apresenta de forma dualista/objetivista refutando o ceptismo e ratificando o fato por meio de conclusões verdadeiras. O postpositivismo se fundamenta em um dualismo/objetivista modificado, de forma objetiva. Existe neste modelo a possibilidade do falseamento das descobertas, mesmo sendo provavelmente tidas como verdadeiras. Na teoria crítica, observa-se uma postura transacional/subjetivista, sendo as descobertas mediadas por valores, e no construtivismo, percebe-se transacional/subjetivista, de forma que os

resultados ou descobertas são construídos, ou seja, os dados não existem no mundo empírico, é uma criação do investigador, com base na mediação do histórico e social.

O paradigma positivista, em uma dimensão ontológica, se baseia em um realismo ingênuo da realidade, mesmo sendo apreensível, com metodologia indutiva e objetivo de explicação, pois sendo monistas, defendem um só método para as ciências naturais e sociais. A observação que precede à teoria parte do raciocínio particular para o geral. Este pensamento cartesiano não contempla a natureza multifacetada, plural e inter-relacional da linguagem e se distancia da proposta de estudo dela, por meio da subjetividade e do sujeito interpelado pela ideologia.

O Postpositivismo ou Neopositivismo tem como metodologia de trabalho investigativo o modelo hipotético-dedutivo. Este fato se fundamenta na identificação de um problema, a elaboração da conjectura, o contraste empírico e as conclusões. Neste paradigma, o conhecimento científico se inicia pela descoberta de um problema, algo que a ciência ainda não pode solucionar. Em uma vertente ontológica, o investigador se situa em um realismo crítico, o real, mas apreensível, contudo imperfeito e probabilístico. As proposições sobre a realidade devem se submeter a mais ampla crítica possível para a apreensão da realidade tanto quanto seja possível.

O paradigma da teoria crítica e posturas ideológicas relacionadas se projeta ao estudo do realismo histórico, em uma realidade virtual formada por valores sociais, políticos, culturais, econômicos, étnicos e de gênero, cristalizados no decorrer do tempo, sendo continuamente reproduzidos por intermédio do *stato quo*. Esta realidade pode ser apreendida e compartilha um pensamento dualista metodológico, porque ratifica a necessidade do uso de

métodos distintos para as ciências naturais e sociais. O aporte metodológico se fundamenta na abordagem dedutiva, que parte do geral para o particular, com objetivo de interpretação dos fatos.

O Construtivismo se mantém como paradigma da ciência pós-moderna, por meio da compreensão de uma realidade relativa construída de maneira local e específica, sendo marcadamente individualizada por elementos inerentes ao mundo simbólico. Neste ínterim, a realidade se analisa em movimento não estabelecido e multiforme, constituindo algo mais ou menos informado, complexo e articulado. Sendo de natureza fenomenológica, é dialética na medida em que o fenômeno está em movimento e será analisado na perspectiva de suas relações. A realização da língua no acontecimento discursivo é um exemplo deste fenômeno dinâmico e plurivalente.

Quanto à metodologia, o positivismo utiliza a experimental/manipulativa, por meio de verificação de hipóteses e métodos quantitativos. O postpositivismo também faz uso de uma metodologia experimental/manipulativa modificada, pois há a integração entre as técnicas qualitativas e quantitativas, com inserção de pontos de vista êmicos. Na teoria crítica, observa-se a metodologia dialógica/dialética para transformação de concepções e o construtivismo utiliza a hermenêutica/dialética, sendo que a Análise do Discurso concebe a dialética de Hegel, no idealismo, e a de Marx e Engels, no materialismo histórico.

Seção 3

O estudo diacrônico da Língua Portuguesa tem apresentado resultados determinantes para a análise do arcabouço linguístico do sistema imanente da Língua, análise que se referencia, no Brasil, nos trabalhos de

Mattoso Câmara Jr. O estudo da língua em si e por si impossibilita a análise da exterioridade, implicando no apagamento do sujeito e da história. Ao analisar a língua, em sua acepção em função do tempo, pode-se depreender o estudo da historiografia linguística de uma forma identitária idealizada, buscando a língua indo-europeia e suas ramificações, latim, osco e umbro, e ainda mais, latim pré-histórico, proto-histórico, arcaico, clássico, vulgar e pós-clássico.

A questão histórica remonta as intersecções entre as línguas neo-românicas advindas do latim, com classificações em flexivas e flexionais, por Schlegel e Schleicher, filólogos alemães que estudaram a característica de flexão dos morfemas indicadores de categorias variáveis das estruturas das línguas remanescentes do latim. Esta análise estruturalista de natureza histórica é restrita e reducionista e não é capaz de trazer à tona fatos linguísticos como a subjetividade ou a língua em realização. Posteriormente, percebeu-se, então, que a dicotomia saussuriana, no que se refere à sincronia e diacronia, seria apenas o início para o deslocamento de análises muito mais profundas de compreensão da linguagem, sujeito e subjetividade, ao superar o paradigma racionalista e empirista da língua enquanto sistema.

Na visão cartesiana, a língua como estrutura passou a ser analisada em si, tendo como parâmetro os estudos da linguística moderna. No centro destes estudos estava Ferdinand de Saussure, genebrino que instituiu cientificidade após séculos de Gramática Filosófica de cunho especulativo, Gramática Universal, Razoada ou de Port Royal, de matiz linear, e Gramática Histórico-Comparatista, tendo o Hindu, como fulcro de análise e parâmetro de comparação. Estes estudos antecederam à linguística saussuriana e não atribuíram aos estudos da linguagem um status científico.

Foi a partir dos princípios saussurianos que a linguística concebeu seu caminho linear e ordenado, possibilitando uma categoria científica aos estudos da língua por meio das dicotomias: sincronia e diacronia, linearidade e arbitrariedade, eixos paradigmático e sintagmático e imagem acústica e conceito. Ferdinand de Saussure também teve seus momentos de literariedade, tendo como reflexo os estudos dos anagramas, contudo sua contribuição maior está na instituição de cientificidade em um momento em que os estudos linguísticos careciam de regularidade. A linguística saussuriana é de natureza estruturalista e seus seguidores atribuíram a denominação de estrutura àquilo que era nominado como sistema. O Curso de Linguística Geral, de 1916, obra compilada por Bally e Sechehaye, traz os pressupostos saussurianos e seus princípios e dicotomias, que se tornariam o fundamento da linguística moderna.

Os Círculos Linguísticos de Moscou, Praga, Viena e Copenhague, com Troubztzkoy, Hyelmslev e Yakobson, foram responsáveis por discussões relevantes acerca da língua e da linguagem e as teorias linguísticas, principalmente no que é inerente ao funcionalismo e ao distanciamento da literariedade, ambiguidade e duplo sentido dos estudos da linguagem. Ao instituir cientificidade à linguística, Saussure deu início aos estudos sobre linguagem sob uma perspectiva social, mas acerca do mundo empírico. Os estudos que transcorreram pós Saussure resultaram em teorias denominadas de estruturalismo, com Edward Sapir, distribucionalismo, com Leonard Bloomfield, funcionalismo, com Roman Jakobson, gerativismo, Noan Chomsky, pragmática, Ludwig Wittgenstein, teoria dos atos da fala, John Austim & J. Searle, linguística textual, Halliday e Hasan, sociolinguística,

Willian Labov, semântica, Michel Bréal e análise do discurso, M. Pêcheux, M. Foucault, L. Althusser, E. Benveniste e M. Bakhtin.

Como resultado dos estudos sobre a linguagem, foi possível a caracterização do não-verbal, do verbal e do paraverbal, respectivamente, escrita e oralidade, imagens e a linguagem em sua concepção fisiológica, contribuindo para um direcionamento específico para a leitura, análise e produção, tanto na dimensão gramatical, quanto semântica e pragmática. Nesta orientação, as tipologias e os gêneros textuais são importantes para a discussão acerca da forma e do conteúdo dos textos socialmente produzidos. A narração, descrição, dissertação e injunção possuem características específicas e inter-relacionais sob o ponto de vista da produção escrita. Este tipo de análise ainda consiste na apreensão de significados no texto e por meio dele, não se desprendendo do caráter específico da formulação.

O estudo dos gêneros textuais se incumbe de uma análise meramente estética, de formatação, com limitada abrangência funcional, não se referindo à história, ao sujeito e à subjetividade como marca fundante da linguagem. A superação de uma ideia reducionista, de cunho eminentemente textual, vem a partir dos estudos da semântica pelo francês Michel Bréal, consolidando, assim, a importância da significação para os estudos da linguística pós-moderna, no país.

Desttut de Tracy ao definir a ideologia como observação do homem em interação com o meio ambiente impregnou o termo com uma ideia positiva, sendo Bonaparte e Marx e Engels os responsáveis pela inversão desta lógica. Mas foi com Louis Althusser e a instituição dos Aparelhos Ideológicos e Repressores do Estado, Paul Ricoeur, com a ideia de que a ideologia é operatória e não temática, agindo em nós e por nós, Michel

Foucault, com sua definição de discurso como dispersão, sem nenhum princípio de unidade, e Michel Pêcheux, que conceituou o discurso como uma forma determinada de materialidade histórica e linguística, interconectada com a materialidade ideológica, que a Análise de Discurso ocupou seu status de teoria crítica pós-moderna, da relação entre o sujeito e a exterioridade.

Ao conceber o sujeito como “lugar de significação historicamente constituído” (Orlandi, 1996) e a linguagem como prática social em que a exterioridade lhe é constitutiva, define-se o discurso pela determinação da língua em relação indissociável com a história. O objeto teórico que é o discurso reclama pelo ideológico e pela historicidade. Nesta perspectiva, percebe-se um momento propício à reorganização teórica dos estudos da linguagem e a partir dela compreender como se dá a produção de sentidos, pois, no discurso, mais que atos, nós “*nos significamos e, assim, significamos o próprio mundo*” (Orlandi, 2012).

Seção 4

A linguagem não é transparente e não há evidência e nem sentido pré-existente, pois ele é construído em função da sua determinação histórica. É na reflexão produzida entre sujeito e sentido que se produz múltiplos significados. E, assim, ao significar o mundo, sua realidade social e o seu entorno, ele também se significa. Nessa orientação, o pensamento somente é válido pela ação. E a ação sempre tem de estar mediada pelo pensamento. Esta orientação pragmática compreende que os processos ideológicos de assujeitamento e mascaramento da realidade devem ser compreendidos de forma inter-relacional entre homem, exterioridade e historicidade.

O ato simbólico de constituição de significados implica no oferecimento de uma teoria crítica que seja responsável pela ação constitutiva do sujeito em direção da sociedade, por meio do discurso como materialidade linguística e histórica. Ter uma teoria, então, é ofertar uma base consubstancial eficaz de relativa liberdade constitutiva capaz de transformações sociais. Desta forma, o estado da arte passa a ser um instrumento para a ação. Segundo Lorenz e Popper (1990), “O futuro está aberto” e isto é o ponto nodal da questão que envolve o alcance social da ciência linguística nos mais distintos campos do conhecimento.

A investigação implica em participar de uma realidade social em relação direta entre linguagem e mundo. Quando se fundamenta uma interpretação nesta constituição ideológica, é possível pensar a taxa da questão que envolve a fragilização da concepção de linguagem como instrumento de comunicação capaz de transmitir informações. A língua como código restringe a leitura e não extrapola a noção de elementos de comunicação verbal. Não basta ler como relação ingênua, ou mesmo se tratando de naturalização de técnicas e gestos de leitura. É necessário ler fora do sentido tautológico, proporcionando uma teia de significações.

Ao pensar nisso, não se pode dissociar esta questão da banalização da arte, sendo ela componente indispensável de qualquer matriz curricular que propõe a leitura na orientação do discurso, como “*um deslocamento na rede de filiações de sentidos*” (Pêcheux, 1992). A arte, nesta proposta, vai rompendo a condição presente de qualquer situação, pois destitui o saber próprio, aquilo que realmente sou e passa a reclamar sentidos. Então, esta forma de valoração da realidade deixa de ter um caráter meramente

instrumental e passa a delinear as fronteiras sociais capazes de organizar e reorganizar identidades.

Isto só é possível se houver superação do pensamento racionalista e da desconstrução do que se compreende como lógica; a conversacional, filosófica e matemática. A razão não é o instrumento responsável pela constituição da linguagem, porque a ideologia se inscreve na realidade social mediatizada pelo sujeito e o simbólico. Os recursos do discurso são diferentes da lógica racional, que é conduzida pelo determinismo e a linearidade. E esta forma cristalizada de conceber a inércia das coisas como fato é que estrutura o pensamento em uma linha homogênea e reducionista de perceber o social e reproduzir sem agir sobre ele.

A comparação e mesmo a substituição de modelos pré-estabelecidos pela ciência moderna já não são eficazes para contemplar a complexidade das interações sociais. A metonímia é inválida neste caso, pois não se configura a equivalência entre a parte o todo, da forma restrita e conclusiva, como era imaginado pelos cartesianos. É preciso o desprendimento para a representação, o deslocamento e a condensação, como cadeias associativas para interpelação dialética, do imaginário, da exterioridade e da historicidade.

A resposta poderia estar em Merleau Ponty, que foi um filósofo partidário da fenomenologia e, assim, partiu do pressuposto de que a fala é um desdobramento do corpo e o corpo é um desdobramento do mundo; considera a leitura uma experiência ímpar, que articula a fala do autor e a fala do leitor. Para Merleau-Ponty (2002, p. 35, 36):

"A leitura é um confronto entre os corpos gloriosos e impalpáveis de minha fala e da fala do autor [...] Mas esse poder de ultrapassar-me pela leitura, devo-o ao fato de ser sujeito falante, gesticulação linguística, assim como minha percepção só é possível por meu corpo. Essa mancha de luz que se marca em

dois pontos diferentes sobre minhas duas retinas, vejo-a como uma única mancha à distância porque tenho um olhar e um corpo ativo, que tomam diante das mensagens exteriores a atitude conveniente para que o espetáculo se organize, se escalone e se equilibre. Do mesmo modo, passo direto ao livro através da algaravia, porque montei dentro de mim esse estranho aparelho de expressão que é capaz não apenas de interpretar as palavras segundo as acepções aceitas e a técnica do livro segundo os procedimentos já conhecidos, mas também de deixar-se transformar por ele e dotar-se por ele de novos órgãos." (Merleau-Ponty, 2002, p. 35, 36).

Considerações Finais

A compreensão dos paradigmas possibilita o posicionamento seguro acerca da investigação científica, relacionando-se aos aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos. O estudo destas abordagens é imprescindível para o posicionamento no campo da ciência, permitindo conexão com o universo linguístico. Por meio deste estudo, pode-se perceber o quanto o percurso linguístico aliado ao método e metodologias diferenciadas propiciam maior possibilidade de êxito aos objetivos propostos pelo pesquisador e professor de língua portuguesa, ou mesmo sua caracterização ou sua situacionalidade perante os contextos de sala de aula. Os procedimentos metodológicos de natureza linguística e didática são recursos importantes para a consecução de resultados que podem vir a contribuir sobremaneira na constituição de sentidos, na compreensão do sujeito interpelado pela ideologia e no entendimento da subjetividade da linguagem. Ao agregar todos estes valores linguísticos, pretende-se, principalmente, ampliar a caracterização do leitor para produtor de sentidos, possibilitando o posicionamento do leitor-produtor tanto no nível pragmático quanto no linguístico-discursivo, nos diversos espaços de construção da realidade social do sujeito ideologicamente constituído pela história e pelo simbólico.

Referências

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

GUBA, E e Lincoln, Y. “**Paradigmas em competência em la investigacion cualitativa**” em Denman, C y J.A. Haro (comps.) Por los rincones. Antologia dos métodos cualitavos da investigación social. El Colegio de Sonora, 2002. pp. 113-115.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. -5. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, Edward. **Fundamentos da linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1999.

LYONS, John. **Linguagem e Linguística uma introdução**. Rio de Janeiro. LTC, 1987.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A prosa do mundo**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo; Cosac & Naify, 2002.

ORLANDI, Eni P. (2001). Do sujeito na história e no simbólico. In: Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. **Campinas/SP**: Pontes, 99-108.

PÊCHEUX, Michel (1999) Dos contextos epistemológicos da Análise de Discurso. Trad. Eni P. Orlandi. In: Escritos, nº 4. **Campinas/SP**: Unicamp/Labeurb, 7-16.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2001.